



Por Pedro Ferreira e Renato Fragelli

Ferreira e Fragelli são professores da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, da qual o primeiro também é coordenador de mestrado e o segundo é diretor

Populismo e paralisia

revelou-se um típico populista que jamais assume uma decisão difícil

19/11/2020 05h00 · Atualizado há 4 dias

O governo Bolsonaro está chegando à metade do mandato com um saldo de realizações pífilo. Muitas foram as promessas, poucas as realizações. E tudo indica que a segunda metade do mandato se resumirá a uma incansável tentativa de reeleição. Como já comentado neste espaço, o Brasil desviou-se da rota de crescimento há quarenta anos.

Nas quatro décadas decorridas desde 1980, o crescimento da renda per capita brasileira foi de apenas 0,6% ao ano. Em duas delas - 1980/90 e 2010/20 - o crescimento anual da renda per capita foi -0,6% (negativo). No mesmo período, a renda per capita chinesa aumentou 7% ao ano. Outros países asiáticos seguiram rota semelhante. Nos EUA, país que já se encontrava na fronteira tecnológica, a renda per capita cresceu 2%.

No poder, o incorrigível capitão revelou-se um típico populista que jamais assume uma decisão difícil

Aprender com os acertos dos outros, e sobretudo com os próprios erros, é o primeiro passo para se retomar o crescimento. As economias que cresceram rapidamente nesses 40 anos apresentaram algumas características comuns, sendo

as principais: 1- educação de qualidade, para preparar trabalhadores a absorverem novas técnicas de produção; 2- economia aberta, de modo a facilitar, bem como forçar, empresas nacionais a incorporarem novas tecnologias; 3- poupança doméstica elevada, acima de 25% do PIB, de forma a viabilizar uma taxa real de juros baixa, que tem como subproduto uma taxa real de câmbio competitiva; 4- despesas do Estado compatíveis com suas receitas permanentes; 5- mercado de trabalho flexível, reduzindo a taxa natural de desemprego; e 6- investimento contínuo em infraestrutura, o que requer marco regulatório adequado e confiável.

O Brasil errou em cada um dos itens listados acima. Coexistiram subinvestimento em educação, economia fechada, poupança doméstica baixa, déficit público cronicamente elevado - à exceção do período de 1999 a 2012 -, mercado de trabalho rígido regido por leis da década de 1930, e marcos regulatórios frágeis.

Desde o Plano Real, entretanto, houve muitos progressos. A educação melhorou, tendo atingido praticamente a universalidade, embora a qualidade ainda esteja muito insatisfatória. Houve abertura da economia, mas ainda muito abaixo do que seria desejável. A reforma da previdência de 2019 tende a elevar a poupança doméstica, ainda que num horizonte muito longínquo. A reforma trabalhista de 2017 flexibilizou o mercado de trabalho, mas seus frutos devem levar tempo para serem plenamente colhidos.

As privatizações e a criação das agências reguladoras aumentaram a eficiência da infraestrutura, embora ainda haja muito a aprimorar. O sistema de metas para inflação consolidou-se. Mas foi na questão fiscal que o país decepcionou, pois houve progresso seguido de regresso. A privatização dos bancos estaduais e a negociação das dívidas dos Estados em 1997, complementada pela Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, marcou o início de um inédito período de uma década e meia de relativo equilíbrio fiscal que culminou no grau de investimento em 2008.

Mas a reação atabalhoada à crise do subprime, seguida do voluntarismo desinformado de Dilma Rousseff, baseado em princípios econômicos equivocados, jogou no lixo todo o esforço institucional anterior, desorganizando as contas públicas e levando à perda do grau de investimento. O Brasil foi lançado na mais profunda recessão de sua história.

O curto governo Temer deu importantes passos na reconstrução das pontes destruídas, tendo implantado o Teto de Gastos, a reforma trabalhista, o fim da TJLP e a reforma política que sepultou as coligações para eleições proporcionais. Em 2018, a profunda crise econômica, aliada à percepção de corrupção generalizada - não apenas no PT, mas também nos partidos adversários -, abriu caminho a um candidato destemperado e despreparado que se apresentou como o antipolítico, apesar de seus trinta anos de (in)atividade parlamentar.

Bolsonaro soube atrair para sua candidatura economistas liberais que, tendo acreditado em suas promessas reformistas, deram ao tosco candidato um verniz que lhe facilitou a chegada ao Planalto. No poder, o incorrigível capitão revelou-se um típico populista que jamais assume uma decisão difícil. Envia ao Congresso um projeto de reforma politicamente espinhosa, no intuito de agradar os mercados, mas não se empenha na tramitação do projeto dentro do Congresso. Se o projeto for aprovado, o populista reivindicará o mérito de sua aprovação; se não for, a culpa será do Congresso.

A reforma da previdência só foi aprovada por empenho do Congresso e de suas lideranças. A reforma administrativa enviada em 2019 deixou de fora os atuais servidores, além de só envolver o pessoal do Executivo. As privatizações não andaram porque Bolsonaro nada fez para priorizá-las e o Ministério da Economia colocou pouca energia para levá-las adiante.

Algumas reformas estruturantes de menor custo político - novo marco regulatório do saneamento, nova lei de falências, novo marco regulatório do gás, e a independência do BC - foram ou serão implantadas, mas o que exigir empenho político do capitão e sua equipe não andarão. A julgar pelo passado, é provável que as importantes PECs enviadas em 2019 - Pacto Federativo, Emergencial, Administrativa - não progridam no Congresso. Por dois motivos: primeiro, porque o chefe do Executivo é o mesmo Bolsonaro; segundo, porque os chefes da Câmara e Senado serão outros, provavelmente menos comprometidos com reformas do que Maia e Alcolumbre. Nem a reforma tributária deverá avançar, e neste caso, conforme discutido aqui em 17/09/20, some-se à inabilidade do presidente um projeto torto da área econômica centrado na volta da CPMF.

Há alguma esperança nos fatos políticos recentes. O desempenho sofrível de candidatos apoiados por Bolsonaro nas recentes eleições municipais, a

fragmentação da esquerda mais radical, bem como o bom desempenho dos partidos de centro ou mais moderados, mostram que em 2022 o centro político poderá voltar ao poder, retomando as reformas capazes de restabelecer o crescimento. A derrota de Trump mostra que o eleitorado se cansa de fanfarrões e de populistas que prometem muito e entregam pouco.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento

Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Mais do Valor **Econômico**

Controladores do Walmart investem em fabricante de testes para covid-19

Ideia é que testes sejam vendidos por US\$ 10 nas lojas da varejista e em outros pontos

